



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4491/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Cajati
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE CAJATI
Período 12/2016
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-12 UNIDADE REGIONAL DE REGISTRO
Responsável Aparicio Ferreira da Rosa
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 097.882.118-10
Período de Gestão 01/01/2015 a 31/12/2016

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2016

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJATI	R\$ 0.00	R\$ 78.502,21

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJATI	R\$ 9.627,18	R\$ 74.882,21	R\$ 240,00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE CAJATI	R\$ 0.00	R\$ 13.007,18	R\$ 78.470,80

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2015	R\$ 1.881.626,80	R\$ 95.686.748,68	1,9664%	6,0000%
4/2016	R\$ 1.949.421,64	R\$ 96.826.886,41	2,0133%	6,0000%
8/2016	R\$ 2.036.598,36	R\$ 97.591.947,46	2,0869%	6,0000%
12/2016	R\$ 2.049.939,04	R\$ 86.574.639,93	2,3678%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 1.982.635,32	R\$ 96.688.416,71	2,0505%	2,0505%
7/2016	R\$ 2.007.779,67	R\$ 96.533.688,04	2,0799%	2,0505%

8/2016	R\$ 2.036.598,36	R\$ 97.591.947,46	2,0869%	2,0505%
9/2016	R\$ 2.014.435,09	R\$ 83.626.759,99	2,4088%	2,0505%
10/2016	R\$ 1.993.425,65	R\$ 83.460.861,29	2,3885%	2,0505%
11/2016	R\$ 2.044.221,58	R\$ 84.382.897,45	2,4226%	2,0505%
12/2016	R\$ 2.049.939,04	R\$ 86.574.639,93	2,3678%	2,0505%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,3678%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2016, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 116.506,79
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 32.695,22
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 83.811,57
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 14.481,05
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 14.481,05
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-82,7219%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar</u>				

<u>Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 78.502,21	R\$ 9.627,18	R\$ 75.122,21	R\$ 13.007,18
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 562.249,44	R\$ 560.775,57	R\$ 1.473,87
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 2.874.229,11	R\$ 2.799.106,90	R\$ 75.122,21
Total	R\$ 78.502,21	R\$ 3.446.105,73	R\$ 3.435.004,68	R\$ 89.603,26

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 25/05/2017
Hora da Geração: 23:14:47